

Sobre o totemismo

Sur le totémisme

Émile Durkheim

Tradução de:

Geovane Campanher dos Santos *
Fabiano Victor de Oliveira Campos **
Rodrigo Coppe Caldeira ***

O “*Sur le totémisme*” é um conjunto de estudos e elaborações desenvolvidos por Émile Durkheim entre 1900 e 1901, acerca do fenômeno do totemismo; aqui, o tratará como uma forma primordial religiosa, e que expressa o único resquício verificável da estrutura sociológica que já houve; a saber, hordas ou tribos. Embora não tenha sido publicado como uma obra independente, esses escritos e conferências foram fundamentais na elaboração das ideias que culminariam, em seu termo último, “As Formas Elementares da Vida Religiosa” (“*Les formes élémentaires de la vie religieuse*”), publicada em 1912.

No início do século XX, Durkheim estava profundamente envolvido na consolidação da Sociologia como uma ciência autônoma, buscando métodos próprios para explicar os fatos sociais. Por conseguinte, tinha um interesse crescente em compreender as origens das instituições sociais e religiosas, influenciado por correntes como o evolucionismo social e o positivismo. Neste contexto, a Antropologia estava emergindo como uma disciplina científica, e o estudo das sociedades primitivas fornecia dados empíricos valiosos para a

Artigo submetido em 12 de agosto de 2024 e aprovado em 18 de dezembro de 2024.

* Graduado em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. País de origem: Brasil. ORCID: 0009-0009-2892-4081. E-mail: giovanecampanher@hotmail.com.

** Doutor e mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas (PPGCR). País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-9042-8224. E-mail: fvocampos@hotmail.com.

*** Doutor em Ciências da Religião e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas (PPGCR). Atualmente é o coordenador do PPGCR e Chefe do Departamento de Ciências da Religião. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-5219-5140. E-mail: rodrigocoppe@me.com.

consolidação de ambas as ciências. As conclusões obtidas ao final da obra servem como base empírica para as conclusões aludidas no primeiro ensaio publicado desta coleção.¹

A presente tradução se baseou na edição eletrônica realizada por Jean-Marie Tremblay a partir do texto de Émile Durkheim “*Sur le totémisme*”, publicado no *Anée Sociologique*, v. V, p. 82-121, rubrica “*Mémoires originaux*”. Paris, PUF, 1900-1901.²

Abaixo, segue o texto traduzido.

Até tempos recentes, tudo o que sabíamos sobre o totemismo se resumia a informações fragmentadas, dispersas e extraídas de sociedades muito diferentes, que eram conectadas apenas por construções teóricas. Nunca se havia observado diretamente um sistema totêmico em sua unidade e integralidade. Essa grave lacuna foi preenchida graças ao livro de Spencer e Gillen (1899) sobre as tribos centrais da Austrália. Nessa obra, esses observadores viram uma verdadeira *religião totêmica* em funcionamento e a descreveram em toda sua complexidade. Desta vez, não estávamos mais diante de rituais parciais e desconexos, mas de um conjunto de crenças e práticas que formam um todo, cuja natureza totêmica é incontestável.

Esta descoberta naturalmente levou os estudiosos a revisarem a ideia que tinham do totemismo. Ninguém realizou esse exame com mais determinação e imparcialidade científica do que Frazer. Em dois artigos na *Fortnightly Review*,³ ele se dedicou a mostrar que os fatos descobertos não permitiam a manutenção de certas proposições fundamentais, que ele mesmo havia contribuído para sua aceitação; em suma, *que a noção tradicional da religião totêmica precisava ser totalmente reformada*. Por uma notável coincidência, Spencer e Gillen chegaram espontaneamente às mesmas conclusões.⁴ Estamos, portanto, diante de uma concepção que conta com a autoridade de estudiosos reconhecidos e de

¹ **Nota do editor:** para maiores informações acerca da coleção acima mencionada, veja **Horizonte**, v. 22, n. 68, maio/ago. 2024, e226816.

² Disponível em: Les classiques des sciences sociales. Université du Québec à Montreal; Université du Québec à Chicoutimi.

https://classiques.uqam.ca/classiques/Durkheim_emile/annee_sociologique/an_socio_4/totemisme.html

³ The Origin of Totemism (abril e maio de 1899; publicado no *L'Année*, t. III, p. 217). O Sr. Frazer voltou à mesma questão na nova edição de seu *Golden Bough*, analisada mais adiante.

⁴ Some Remarks on Totemism, *Journal of the Anthropol. Institut*, nouv. série., I, p. 275.

observadores particularmente competentes.

Tudo o que diz respeito ao totemismo tem repercussões amplas em todos os domínios da Sociologia, pois está na raiz de uma *infinidade de instituições*. Se essa reforma for realmente necessária, ela inevitavelmente levará a outras reformas em diversas direções: todas as questões relacionadas às origens do *parentesco*, do *casamento*, da *moral sexual* e até mesmo da *organização social* seriam colocadas em novos termos e precisariam ser reexaminadas. Por essa razão, nos pareceu importante investigar por nós mesmos se os fatos observados suportam a interpretação proposta ou se há outra interpretação preferível. É isso que tentaremos fazer nas páginas seguintes. Dessa forma, poderemos determinar qual é realmente a contribuição que a importante publicação de Spencer e Gillen trouxe ao problema do totemismo.

I

Até agora, duas regras eram geralmente consideradas como princípios essenciais do totemismo: a primeira é a *proibição de matar e comer o animal ou planta totêmica*; a segunda é a *exogamia ou proibição do casamento entre indivíduos portadores do mesmo totem*. É precisamente a essas duas interdições que Frazer nega o caráter original e a importância fundamental que comumente lhes são atribuídos.

Ele não empresta indiferentemente os elementos de sua demonstração a todas as tribos observadas por Spencer e Gillen. Algumas, com efeito, praticam um totemismo que não difere daquele que já conhecemos há muito tempo. Mas, no centro do continente, há um grupo de povos que apresentam características muito diferentes. Entre todos os povos, os Aruntas são os que esses observadores melhor estudaram. Por essa razão, embora a organização dos Aruntas não lhes seja exclusiva, mas também ocorra em tribos vizinhas, é deles que trataremos principalmente a seguir. Nós os tomaremos como *protótipo*. Pois, se existe entre eles um sistema incontestavelmente totêmico, não encontramos nele as duas interdições mencionadas anteriormente.

A sociedade é, com efeito, dividida em um certo número de grupos⁵ que recebem nomes de plantas ou animais (alguns de objetos inanimados); todos os membros de cada um desses grupos se consideram unidos por um laço de estreita parentela com as coisas cujo nome serve como nome *coletivo*. Esses são, com efeito, os traços *externos do totemismo*. No entanto, o totem não exerce nenhuma influência sobre a forma como os casamentos ou uniões sexuais são concluídos. Ademais, as tradições orais que os observadores recolheram no país parecem referir-se a uma época em que um homem sempre se casava com uma mulher do seu próprio totem. “É apenas excepcionalmente que se vê um homem habitar regularmente com uma mulher de um totem diferente” (Spencer; Gillen, 1899, p. 419). Assim, não só não teria havido exogamia totêmica, mas, originalmente, a *endogamia* teria sido uma prática geral.

Quanto à proibição alimentar, ela não é desconhecida dessas sociedades; no entanto, não é *absoluta*. A *abstinência* é um princípio, mas que comporta exceções. Por exemplo, os membros do grupo do *emu* podem comer os ovos quando estão sem alimento e famintos; porém, devem comê-los com moderação. Em relação à carne, podem consumi-la mais livremente, mas sempre com sobriedade. Eles quase não devem tocar no fígado, que é especialmente proibido. O mesmo se aplica aos outros totens. Para explicar essa proibição parcial, esse *meio-taboo*, pode-se supor também que, no princípio, a proibição era rigorosa e só foi abrandada posteriormente, ou, ao contrário, que a liberdade era completa na origem e que as restrições são de uma época posterior. O que, segundo o Sr. Frazer, deve resolver a questão e determinar a escolha entre essas duas hipóteses são as tradições relatadas. Os ancestrais dos Aruntas são representados como exercendo livremente o direito de matar e comer as plantas ou os animais que lhes servem de totens; parece até que isso era para eles uma espécie de "*necessidade funcional*". Justamente porque essas tradições não estão em conformidade com o que ocorre atualmente, é necessário admitir que elas são o eco de práticas muito antigas, parcialmente modificadas hoje em dia; pois é impossível que elas tenham surgido do nada, ou que a imaginação popular as tenha criado do zero. Isso significa que os Aruntas começaram podendo comer

⁵ Pode-se chamar esses grupos totêmicos de *clãs*, embora eles não possuam mais todas as características de um clã. Mais adiante, veremos que eles são realmente *clãs antigos*.

livremente seus totens. A proibição só teria surgido mais tarde. Nosso autor sugere que o primitivo pode ter chegado a esse ponto, pelo desenvolvimento lógico de seu próprio pensamento. Considerando-se um ente da mesma espécie que o animal cujo nome carrega, e observando, por outro lado, que os animais da mesma espécie não se devoram, ele teria concluído que havia uma espécie de contradição em não seguir o mesmo princípio em suas relações com seu totem. Sobretudo, ele temeria que, ao agir assim contra sua natureza, perdesse os atributos característicos e as vantagens a ela associadas.⁶

Assim, o totemismo nos aparece sob um aspecto completamente novo. Se, em certos casos, ele pôde existir de maneira caracterizada sem a exogamia e sem a proibição alimentar, é evidente que essas duas instituições não podem fazer parte de sua definição, e esta precisa ser refeita. Além disso, observa-se que os fatos observados entre os Aruntas têm, a esse respeito, um valor demonstrativo ainda mais considerável, pois esses povos representam um dos estados mais primitivos da humanidade. Com efeito, dizem que eles habitam a parte mais central da Austrália. Ora, não só o acesso a esses territórios interiores não é fácil, mas o clima é tão seco, e a água tão rara, que os brancos dificilmente se aventurariam por lá. Isso resulta em nossa civilização não ter alterado os costumes dos indígenas. Portanto, pode-se razoavelmente esperar encontrar "*o selvagem no estágio mais inferior de seu desenvolvimento*"; conseqüentemente, o totemismo, tal como foi observado ali, deve ser considerado o mais próximo possível do que era na origem, quando nenhuma causa adventícia havia vindo modificar seus traços essenciais.

Mas então, com essas duas práticas afastadas, como caracterizar o culto totêmico? O Sr. Frazer acredita encontrar a resposta para essa questão na análise de uma curiosa cerimônia que os Aruntas chamam de *Untichiuma*. Ela é celebrada anualmente, na aproximação da estação mais favorável, por cada grupo totêmico. É o momento em que os germes da vida, sob todas as suas formas, estão prestes a se desenvolver, e o rito tem precisamente como objetivo assegurar a reprodução regular e até mesmo a mais abundante possível da espécie totêmica. Para alcançar esse resultado, empregam-se os métodos conhecidos da *magia*

⁶ O Sr. Frazer esboça outra explicação, mas ele próprio reconhece que é inaplicável à Austrália. Por isso, julgamos conveniente não a mencionar.

simpática. Em virtude do princípio de que o semelhante atrai o semelhante, imitam-se as formas, os movimentos e os cantos do animal, acreditando firmemente que esses simulacros artificiais têm o efeito de chamar à existência os entes reais dos quais são apenas uma imagem. Por exemplo, os membros do grupo do emu, sobre o solo previamente regado com sangue retirado de suas veias, desenham os principais órgãos do emu; alguns deles se disfarçam de maneira a reproduzir o aspecto geral do animal, imitam seus movimentos, etc. Às vezes, chamam-no por meio de encantamentos, convidando-o a vir de todas as direções e a depositar seus ovos, etc. Seja qual for o detalhe das manobras materiais, é visível que, em toda parte, a cerimônia procede do mesmo princípio e persegue o mesmo objetivo. Supõe-se que os membros de cada clã, devido a seu parentesco com o totem cujo nome carregam, têm sobre ele um poder particular que utilizam para multiplicar os indivíduos da espécie.

Mas por que eles tomam esse cuidado? Dado que, ao menos hoje, eles não podem comer livremente de seu totem, as vantagens que obtêm de sua operação não estão em proporção com o esforço que despendem; é, portanto, impossível que o rito seja celebrado em sua intenção e em seu benefício. Conclui-se que deve ser realizado em intenção e *benefício dos outros clãs*; pois são eles os principais e quase únicos consumidores do alimento que assim é assegurado à tribo. Em outras palavras, cada grupo totêmico trabalha, se podemos usar essa expressão, não para si, mas *para seus congêneres*, sob a condição de reciprocidade. Há entre todos eles uma espécie de cooperação mágica cujo efeito é manter ou aumentar os recursos alimentares da sociedade. E como quase nada na natureza deixa de servir de totem para algum grupo, resulta que quase não há força natural para a manutenção ou desenvolvimento da qual um clã não seja responsável.

Assim entendido, o totemismo perde quase todo seu caráter religioso para se tornar uma espécie de *empreendimento econômico*. Tendo como função garantir, *pro parte virili*, a subsistência da tribo, o grupo totêmico não diferia de uma associação puramente industrial; exceto que empresta seus meios de ação e sua técnica, à *magia* e não à *experiência econômica*. Ainda assim, a magia, conforme concebida pelo Sr. Frazer, é pouco mais do que uma forma de *indústria primitiva*. Ele a distingue, com efeito, muito claramente da religião. Ela não se

dirige a potências morais de ordem sobrenatural, deuses ou espíritos, por meio de preces, propiciações, etc.; mas pretende exercer diretamente sobre as forças da natureza uma *ação coercitiva*, análoga àquela que o engenheiro, o químico, e o médico podem exercer hoje. Por sua própria virtude, as palavras pronunciadas, e os gestos realizados, são considerados capazes de mudar as coisas sem recorrer a nenhum intermediário mítico. As receitas do mago são apenas a aplicação de leis gerais que, sem dúvida, são falsas na maioria, mas que, para o primitivo, não fazem mais do que expressar os relacionamentos naturais das coisas. Em resumo, *a magia não seria mais do que uma arte grosseira, baseada em uma ciência grosseira, por sua vez, geralmente errada.*

Certamente, há muito a se dizer sobre essa concepção de magia e sobre sua aplicação ao totemismo dos Aruntas. Pelo contrário, se há um fato que nos parece emergir com clareza do livro de Spencer e Gillen, é que o ambiente em que vivem os Aruntas é completamente impregnado de *religiosidade* e que essa religiosidade é de *origem essencialmente totêmica*. O território está repleto de árvores, bosques sagrados, e cavernas misteriosas onde são guardados com reverência os objetos de culto. Todos esses lugares sagrados são abordados com um sentimento de terror religioso. O animal que se refugia neles participa, pelo simples fato de sua presença, do caráter sagrado que os envolve; persegui-lo nesses locais seria um *sacrilégio*. São verdadeiros lugares de asilo. Ora, todas essas localidades estão ligadas a lendas totêmicas e ritos totêmicos são celebrados nelas. Teremos a oportunidade de falar mais adiante sobre uma *verdadeira comunhão sacramental* durante a qual o animal ou a planta, adotados como totens, são *ritualmente consumidos*; não se pode distinguir especificamente essa comunhão das práticas semelhantes encontradas em diversas religiões. Sem dúvida, o Arunta tem uma representação confusa das forças religiosas sobre as quais tenta agir ou cuja influência acredita sofrer; ele não as individualiza na forma de entidades definidas. Mas isso não significa que a religião só comece a partir do momento em que entes míticos são constituídos. O caráter sagrado é inicialmente difuso nas coisas antes de se concretizar sob a forma de personalidades determinadas. O essencial é que os ritos dos Aruntas são, em todos os aspectos, comparáveis àqueles encontrados em sistemas indiscutivelmente religiosos; isso significa que procedem das mesmas ideias e dos

mesmos sentimentos e, portanto, é arbitrário não lhes aplicar a mesma qualificação.

Mas é inútil discutir essa teoria em sua totalidade. Ela repousa inteiramente sobre as duas proposições que mencionamos; portanto, são essas duas proposições que precisamos examinar. Além disso, o que mais nos importa saber é se, de fato, as proibições matrimoniais e alimentares não estão ligadas por nenhum vínculo necessário às instituições totêmicas.

II

Em primeiro lugar, é verdade que, entre os Aruntas, os grupos totêmicos começaram sendo *endógamos*? A questão merece ainda mais nossa atenção, pois todo o problema da moralidade sexual está implicado. Se, com efeito, fosse estabelecido que o totemismo, enquanto sua natureza primitiva não havia sido alterada, pôde se conciliar com a prática da endogamia, seria necessário concluir que a exogamia *é totalmente independente das crenças totêmicas*. Ora, mostramos aqui mesmo⁷ que, conforme a maneira como se concebem as causas que determinaram a separação primitiva dos sexos, tende-se a explicar de forma completamente diferente a natureza e a origem da modéstia, do sentimento sexual, e em suma, o lugar tão especial que essas relações ocupam na vida estética e moral das sociedades.

Com efeito, é necessário recordar uma regra metodológica no início deste estudo. Antes da descoberta de Spencer e Gillen, a coexistência regular do totemismo e da exogamia havia sido constatada em uma infinidade de casos. Ora, quando uma proposição tem a seu favor a autoridade de uma experiência tão extensa, é contrário a toda metodologia renunciar a ela muito facilmente, apenas pela descoberta de um fato que parece contradizê-la. Certamente, esse fato deve ser cuidadosamente considerado: em qualquer caso, ele não pode deixar de ser instrutivo. Mas para que ele pudesse prevalecer contra uma massa tão grande de observações concordantes, seria necessário que ele só pudesse ter um único significado. Ora, é muito raro que um fato tenha essa clareza decisiva. Tantas combinações diversas podem mascarar uma característica que outras

⁷ Veja L'Année Sociologique, t. 1, A Proibição do Incesto e suas Origens.

combinações poderiam revelar. Tantas causas antagônicas podem impedir que uma causa existente se manifeste por seus efeitos ordinários. É especialmente na Sociologia que é necessário observar esta regra de prudência; precisamente porque os fenômenos são mais complexos, eles são também suscetíveis de revestir uma maior variedade de formas que desconcertam o observador. Se o preconceito obstinado não permite que a ciência se renove, uma ausência completa de qualquer preconceito, um distanciamento excessivo em relação a proposições comprovadas tem a grave desvantagem de impedir a continuidade do esforço e a continuidade do pensamento.

No entanto, nesse caso, não é verdade que os fatos sejam suscetíveis de apenas uma interpretação. Há, pelo menos, uma hipótese que merece ser considerada. O totemismo dos Aruntas, em vez de ser o modelo perfeitamente puro do regime totêmico, não seria, ao contrário, uma forma posterior e desvirtuada? Se Frazer descartou essa ideia quase sem exame, é porque, para ele, a civilização dos Aruntas é uma das mais arcaicas, senão a mais primitiva que conhecemos. Mas as razões que ele apresenta para justificar essa opinião são muito pouco convincentes. É evidente que as tribos do centro estiveram muito menos em contato com os brancos do que as do litoral. No entanto, o sistema social das sociedades primitivas, embora se desenvolva com certa lentidão, é capaz de evoluir e transformar-se, mesmo sem a influência de povos mais civilizados. Há uma evolução *autóctone*, por assim dizer, que resulta da própria vida da tribo, de seus eventos internos, de suas relações com as tribos vizinhas, da passagem do tempo, etc. Hoje sabemos que esses povos não são de forma alguma estacionários; eles têm uma história, que muitas vezes ignoram, mas cujas marcas podem ser encontradas na estrutura de suas instituições. No entanto, muitas razões, sobre as quais teremos a oportunidade de voltar, levam justamente a pensar que os Aruntas têm um longo passado histórico e estão entre os povos australianos mais avançados. Toda a tribo, como teremos que insistir muitas vezes, tem um sentimento de unidade que não é comum na Austrália e que sempre caracteriza um certo desenvolvimento social. Cada grupo local tem seu chefe, cuja dignidade é *hereditária*, já existem espécies de templos, e as relações matrimoniais já não têm a grosseria e a indeterminação que se mantêm em muitas outras tribos. Portanto, não estamos lidando com uma sociedade que

parou nos primeiros estágios da evolução. A partir daí, é permitido presumir que suas instituições também puderam, ao longo do caminho, se transformar, perder certos caracteres e adquirir outros, de modo que seu estado atual *lembra apenas imperfeitamente sua natureza original*.

Agora veremos essa presunção confirmada pelos fatos.

III

Primeiramente, o que quase basta para provar que o clã exógamo não é de forma alguma uma instituição desconhecida dos Aruntas é a existência incontestável de grupos que são exógamos entre si, e que são simplesmente clãs de uma espécie particular.

Com efeito, todos os membros da tribo estão distribuídos em dois grandes grupos, cada um representando, conseqüentemente, a *metade da sociedade total*, que chamaremos de *fratrias*. Spencer e Gillen não conhecem, na língua Arunta, nomes próprios que sirvam para designá-las. Mas cada uma dessas fratrias compreende duas divisões secundárias ou classes,⁸ cuja origem e natureza explicaremos mais adiante, e que possuem denominações distintas. Assim, associando os nomes das duas classes que compõem cada *fratria*, podemos formar um nome composto que designa especificamente esta última. Chamaremos uma de *Bulthara-Panunga* porque inclui uma classe Bulthara e uma classe Panunga, e daremos à outra, pela mesma razão, o nome de *Kumara-Purula*. Esses dois grupos não resultam de arranjos artificiais, mas constituem duas personalidades morais cuja distinção se manifesta até materialmente na forma como os acampamentos são organizados. Cada fratria acampa separadamente; geralmente há alguma barreira natural entre elas.

Estabelecido isso, a regra fundamental das relações matrimoniais é que o casamento é proibido entre os membros de uma mesma fratria. Essa regra é, com efeito, complicada por prescrições secundárias, sobre as quais explicaremos ao longo deste trabalho, mas das quais não é necessário falar agora. O princípio,

⁸ Spencer e Gillen chamam de *classes* o que nós chamamos de *fratrias*; e de *subclasses* o que nós chamamos de *classes*. Preferimos o termo fratria porque ele expressa melhor o caráter familiar desses agrupamentos – caráter sobre o qual falaremos mais adiante – e, além disso, essa terminologia nos parece mais distinta.

portanto, é que a *fratria é exógama*.

Ora, essa divisão da tribo em duas grandes fratrias não é particular aos Aruntas. Ela é *absolutamente geral* na Austrália, e *frequentemente* encontrada na América; portanto, existem informações suficientes para determinar sua natureza. O que se depreende das múltiplas descrições que nos foram dadas é que ela não é outra coisa senão *a forma originária do clã*. É um clã primário que, ao se desenvolver, foi levado a se segmentar em um certo número de clãs secundários, mas sem que esses últimos perdessem o sentimento de sua comunidade de origem e de sua solidariedade. Consequentemente, permanecem entre eles vínculos que fazem do agregado formado por sua reunião, um grupo dotado de certa unidade: ou seja, é a *fratria tal como a observamos hoje*. O que demonstra principalmente que ela começou por ser um clã, e um clã dessa natureza, é o fato de que frequentemente ela possui um totem próprio, e que, às vezes, os totens dos diferentes clãs secundários que ela abrange, derivam claramente daquele que ela possui. Isso indica que *o totem original é anterior aos secundários*.⁹

Não há nenhuma razão para que essa noção geral da fratria não se aplique aos Aruntas. Portanto, como existem atualmente duas fratrias exógamas, é justificado supor que essa sociedade foi originalmente formada por dois clãs primários, ou, se preferir, por dois *grupos totêmicos elementares*, igualmente exógamos; pois foi sob essa forma que as duas fratrias devem ter começado a existir. Mas então, houve pelo menos um momento em que o casamento foi proibido entre membros de um mesmo grupo totêmico, e, portanto, não é verdade que, entre os Aruntas, o totem sempre tenha sido sem influência sobre os casamentos, ou que o totemismo implique, de maneira geral, a endogamia. No máximo, poder-se-ia sustentar que isso foi verdade para os totens secundários e que a exogamia, após se estabelecer nos clãs iniciais, não se transmitiu aos clãs derivados. Mas agora vamos mostrar que essa proposição mesmo não pode ter sido verdadeira em todos os tempos.

Atualmente, nenhum dos grupos existentes está exclusivamente confinado

⁹ Veja Fison e Howitt, Kurnai and Kamilaroi, p. 40. Frazer, Totemism, p. 61-64. Mais considerações sobre este ponto, podem ser encontradas no L'Année Sociologique, I, p. 6-8.

em uma única fratria. O grupo do Canguru, por exemplo, conta com representantes tanto entre os Bulthara-Panunga quanto entre os Kumara-Purula. É justamente isso que possibilita o casamento entre indivíduos de um mesmo totem. Pois, se fosse diferente, se cada totem estivesse inteiramente em uma única fratria, o grupo totêmico seria necessariamente exógamo, assim como a fratria da qual faz parte.

Há, no entanto, fortes razões para acreditar que essa disseminação de um mesmo totem entre as duas fratrias nem sempre existiu.

Em primeiro lugar, se atualmente essa disseminação é incontestável, ela está longe de ser absoluta. Nunca um mesmo totem está igualmente distribuído entre as duas fratrias, sem antes haver uma predominância muito marcante entre uma fratria e outra. Por exemplo, em um grupo cujo totem é um certo tipo de lagarta, de quarenta indivíduos, trinta e quatro eram Bulthara-Panunga; apenas quatro pertenciam à outra fratria (Spencer; Gillen, 1899, p. 120). Portanto, cada fratria não está aberta a todos os totens indiscriminadamente; pelo contrário, cada totem tem uma afinidade especial e quase totalmente exclusiva com uma fratria determinada, na qual tende a se concentrar. É como se fosse uma verdadeira exceção à regra que alguns de seus membros, em número pequeno, sejam classificados na outra metade da tribo. Ora, parece difícil conceber que essas exceções tenham sido primitivas. É muito mais natural atribuí-las a um enfraquecimento da regra que, originalmente, se aplicaria com toda a sua rigorosidade. Isso significa que, nesse período, todos os membros de um mesmo totem estavam compreendidos em uma única e mesma fratria.

Muitos fatos, além disso, testemunham que essa tendência do grupo totêmico a se localizar inteiramente de um lado da tribo em vez de outro está ligada a razões profundas. Assim, cada localidade é dedicada a um totem especial e, portanto, o chefe da comunidade local, o *Alatunja*, sendo responsável por funções religiosas tanto quanto ou mais do que funções civis, tem um papel importante a desempenhar no culto a esse totem; é ele, por exemplo, quem dirige as cerimônias do *Intichiuma*. Ora, para que um homem possa ser chamado a essa dignidade, não basta que ele pertença ao totem que tem seu centro nesse local; é necessário também que ele seja da fratria à qual pertence a grande maioria do

grupo totêmico em questão. Se, por exemplo, este grupo é composto principalmente por Bulthara-Panungas, o Alatumja também deverá ser um Bulthara-Panunga. As virtudes que são consideradas necessárias para agir eficazmente sobre tal espécie totêmica, só podem ser completas se a pessoa pertencer a uma determinada fratria. O vínculo entre o totem e a fratria aparece, assim, como *particularmente estreito*.

A maneira como certos instrumentos do culto, chamados *Churingas*, são transmitidos, manifesta o mesmo vínculo. Esse nome é dado a *objetos*, de pedra ou madeira, *sobre os quais estão gravados desenhos emblemáticos de um totem*. Cada Arunta possui o seu, e cada grupo totêmico possui uma coleção, que se relaciona em grande parte ao totem desse grupo e que representa seu tesouro religioso. Há poucas coisas às quais o indígena atribui mais valor e respeito; pois os *Churingas* são considerados como receptáculos das forças protetoras do *indivíduo* e da *coletividade*. Ora, é uma regra geral que eles nunca devem sair da fratria (Spencer; Gillen, 1899, p. 154-155). Eles podem ser legados ou doados a membros de um totem diferente, mas é necessário que os legatários ou donatários pertençam à mesma fratria. Por essa razão, o *Churinga* de uma mulher não passa para seu filho, pois o filho pertence à fratria do pai. Se ele herdasse da mãe, o *Churinga* desta mudaria de fratria. O mesmo se aplica ao conjunto dos *Churingas* que são propriedade coletiva de cada grupo local. Quando este não possui mais representantes (o que às vezes ocorre), seu tesouro religioso pode passar para as mãos de outro grupo que cuide dele, mas com a condição de que a maioria de seus membros pertença à fratria do grupo extinto. (Spencer; Gillen, 1899, p. 153).

De todos esses fatos, resulta claramente que cada totem pertence a uma das duas fratrias, com exclusão da outra. Contudo, o mesmo deve valer para o grupo que estabelece a unidade entre ambas. Eis por que cada grupo totêmico atualmente está, em sua maioria, incluído em uma mesma fratria, e eis uma nova razão para acreditar que, originalmente, estava inteiramente nela. Pois tudo indica que essa característica unilateral está diretamente implicada na própria natureza do totemismo; se atualmente há uma ligeira tendência dos totens a se espalharem pelas duas fratrias, é sem dúvida porque, entre os Aruntas, o sistema totêmico já não é mais completamente ele mesmo.

Mas o que transforma essa hipótese, já tão altamente verossímil, em uma certeza, são as tradições populares relatadas. Nessas tradições, os ancestrais dos Aruntas são representados como distribuídos em um certo número de grupos totêmicos que, se não sempre, pelo menos na maioria dos casos, são compostos por indivíduos que pertencem todos a uma mesma fratria. Há aqui um fato cuja importância Spencer e Gillen são os primeiros a reconhecer: “Essas tradições”, dizem eles, “relativas à maneira como os ancestrais dos Aruntas estavam divididos em companhias cujos membros portavam o mesmo totem e, a princípio, pertenciam à mesma metade (fratria) da tribo, são de uma importância considerável.” (Spencer; Gillen, 1899, p. 120). E, com efeito, elas nos permitem visualizar como era primitivamente a organização social dos Aruntas: vemos a tribo dividida em duas fratrias, e cada uma dessas fratrias, por sua vez, dividida em um certo número de clãs nitidamente totêmicos, sem que os clãs de uma fratria estivessem representados na outra.

Se a todas essas razões for necessário adicionar uma última, basta lembrar que, em todas as sociedades onde ela é observada, a fratria é organizada dessa maneira.¹⁰ Seria muito extraordinário que, apenas entre os Aruntas, ela tivesse, desde o início, desviado do que pode ser considerado seu tipo normal. Não se pode nem mesmo supor que o meio material e moral no qual se constituiu e desenvolveu a civilização Arunta, tivesse alguma particularidade constitutiva que pudesse explicar esse desvio original; pois a fratria é encontrada, em sua forma comum e clássica, na tribo dos Urabunnas, que é menos avançada que a dos Aruntas, mas é sua vizinha e mantém com esta, relações constantes.¹¹ Portanto, se reunirmos todas essas considerações, se tivermos em mente a extrema generalidade dessa organização, se pensarmos que, mesmo hoje, os Aruntas se aproximam sensivelmente dela, que tudo os inclina nessa direção, que anteriormente eles se aproximaram ainda mais, chegando a reproduzir quase adequadamente todos os seus traços, não hesitaremos em admitir que houve um tempo em que ela existiu entre eles em estado de *pureza*, ou seja, quando os clãs

¹⁰ Spencer e Gillen chegam a mesma conclusão (1899, p. 121).

¹¹ Spencer e Gillen, para explicar este fato, imaginam que os Urabunnas se formaram em outra parte do continente australiano e encontraram os Aruntas apenas *tardamente*. No entanto, não sabemos em que se baseia essa afirmação. O que é certo é que as relações entre as duas tribos são muito antigas e íntimas, pois, como veremos, existe um sistema matrimonial comum ambas.

de cada *fratria* eram *incomunicáveis entre si*.

Mas sabemos que o casamento é proibido entre os membros de uma mesma fratria; portanto, quando cada grupo totêmico estava totalmente incluído em uma mesma fratria, esses grupos eram necessariamente *exógamos*. Portanto, é falso que o casamento sempre tenha sido permitido entre portadores de um mesmo totem; ou que o totem dos clãs secundários nunca tenha tido influência nas relações matrimoniais. O sistema da fratria é inconciliável com tal endogamia. Mesmo hoje, a exogamia deve evidentemente ser a regra geral no grupo totêmico, já que cada um desses grupos pertence, em sua maioria, a uma mesma fratria.

É verdade que ainda restam as lendas segundo as quais os Aruntas primitivos teriam se casado, se não sempre, pelo menos na maioria das vezes, dentro de seus respectivos clãs. Em nenhum lugar há a menor evidência de uma proibição de casamento entre indivíduos do mesmo totem; a endogamia é considerada a forma normal de união entre os sexos. No entanto, dizem, se a exogamia tivesse realmente sido praticada, seria muito estranho que toda lembrança disso tivesse sido completamente abolida. O argumento teria peso se esses relatos pudessem ser considerados como uma espécie de narrativas históricas, como uma simples comemoração de eventos realmente ocorridos. Mas sua origem é totalmente diferente. São sistemas de representações, inventados em grande parte pela imaginação popular para tornar, de alguma maneira, representáveis aos espíritos as práticas existentes. Trata-se de explicar, associando-as a algum ser mítico, as principais cerimônias religiosas e a maneira como são distribuídos, em todo o território Arunta, os grupos totêmicos, os lugares e os objetos sagrados. São *mitos*, no sentido próprio da palavra. Sem dúvida, lembranças históricas podem ser incorporadas nessas construções; mas somente aquelas que se prestam a essa integração são incluídas. As outras são eliminadas e, assim, saem da memória; mesmo as que são retidas são sempre mais ou menos distorcidas para atender às necessidades da narrativa. Lendas cuja a significação é duvidosa, não podem, portanto, ser opostas ao conjunto concordante de fatos precisos que acabamos de enumerar.

Além disso, há uma razão que torna particularmente suspeitas as tradições

dos Aruntas no que diz respeito à história dos costumes matrimoniais. Os clãs dos primeiros Aruntas são apresentados como anteriores às fratrias: a tribo teria sido formada inicialmente por um certo número de grupos totêmicos, sem qualquer organização interna. Foi apenas em uma fase posterior que eles se classificaram em duas fratrias. (Spencer; Gillen, 1899, p. 421). Como mostramos anteriormente, tudo o que sabemos sobre as fratrias, tanto na Austrália quanto na América, não permite acreditar que elas possam ter se formado dessa maneira; e essa impossibilidade é talvez ainda mais evidente entre os Aruntas do que em qualquer outro lugar. Pois a fratria desempenha um papel considerável em sua vida religiosa, está intimamente associada ao culto do totem, e constitui um elemento vital de sua organização para que possamos vê-la como uma espécie de instituição adventícia, que teria sido introduzida mais ou menos tardiamente no conjunto de seu sistema social. Portanto, há, na base desses mitos, um erro que de fato, é facilmente explicável; pois toda sorte de causas pode ter contribuído para determiná-lo. Primeiro, devido ao seu *simplismo nato*, o espírito humano está sempre inclinado a representar a parte como anterior ao todo, o indivíduo como pré-existente à sociedade e as sociedades elementares como tendo precedido na história as sociedades mais complexas das quais fazem parte.

Além disso, entre os Aruntas, a fratria há muito tempo constitui o quadro social por excelência, enquanto o clã, fragmentado e disperso em diversas direções, não tem mais consistência suficiente para desempenhar esse papel. Quando se reúnem, ou quando acampam, é por fratrias que se agrupam, e não por clãs. Os membros de uma mesma fratria sentem-se estreitamente solidários uns com os outros, abraçam as mesmas causas, combatem os mesmos inimigos. Já não há nada de semelhante entre os membros de um mesmo grupo totêmico. “Na verdade”, dizem Spencer e Gillen, “é muito fácil passar um tempo considerável entre os Aruntas sem perceber que cada indivíduo tem um totem, enquanto a distribuição dos indivíduos entre as divisões fundamentais é um fato que salta imediatamente aos olhos.” (Spencer; Gillen, 1899, p. 34). Ora, quando, de duas instituições, uma parece desvanecer-se diante da outra, somos naturalmente levados a acreditar que a primeira é a mais antiga e a atribuir suas origens aos tempos mais remotos.

Essa falha, independentemente de suas causas, não só nos mostra como a

interpretação dessas tradições deve ser abordada com cautela, mas também nos ajuda a entender como a lenda da endogamia primitiva pôde surgir. Com efeito, entre os Aruntas, a exogamia é essencialmente uma instituição da fratria. A exogamia dos clãs secundários provavelmente foi apenas um *corolário da exogamia mais ampla da fratria*; em todo caso, no final, foi a única que sobreviveu. Os Aruntas, portanto, nem podiam conceber que uma proibição exogâmica pudesse ter existido, sob qualquer forma, antes do momento em que as fratrias se formaram. Até então, qualquer sistema restritivo era inconcebível, já que o único órgão conhecido de regulamentação restritiva estava ausente. Consequentemente, durante todo esse período, os clãs eram necessariamente concebidos como isentos de qualquer proibição matrimonial desse tipo. Assim, na imaginação popular, a noção de grupo totêmico e a de endogamia se encontraram naturalmente associadas.

A existência dessa liberdade foi tanto mais facilmente admitida porque outra particularidade da mitologia Arunta a fazia parecer indispensável. Com efeito, os clãs, antes de se agregarem em fratrias, são representados como independentes uns dos outros; eles teriam vagado, em bandos totêmicos isolados, por toda a extensão do território. Cada um desses bandos, portanto, não tinha relações regulares senão consigo mesmo; por consequência, os casamentos dificilmente poderiam se concluir senão entre membros de um mesmo grupo, ou seja, entre indivíduos de um mesmo totem. É muito provavelmente daí que vem a frequência dos casos de endogamia mencionados pelas lendas; é que, nas condições assim supostas, as uniões sexuais quase não eram possíveis de outra maneira (Spencer; Gillen, 1899, p. 419-420). Essa situação é tão claramente devida a essa causa que, quando, no curso dessas migrações míticas, dois grupos de totens diferentes entram em contato, vê-se imediatamente a endogamia habitual ser substituída por uma exogamia de fato. Isso indica que a primeira não era concebida como obrigatória; *as tradições não apresentam nenhum traço de uma época em que ela teria sido imposta como um dever.*

IV

Mas, se podemos afirmar que entre os Aruntas, o clã começou como exogâmico, certamente, em dado momento, deixou de sê-lo. As explicações

precedentes ganhariam mais autoridade se pudessemos indicar como a regra exogâmica se separou do clã, mantendo-se, no entanto, como lei da fratria. Tal transformação evidentemente supõe um grave abalo nas antigas estruturas sociais; pois, enquanto cada clã estava exatamente confinado à sua fratria original, a exogamia da fratria se impunha a ele e impedia qualquer casamento entre indivíduos do mesmo totem. Portanto, deve haver alguma causa que o tenha forçado a sair de seus limites iniciais e a penetrar na outra metade da tribo. Acreditamos, com efeito, poder estabelecer que ocorreu, entre os Aruntas, em um período desconhecido de sua história, uma revolução desse tipo.

Foi uma mudança no sistema de *filiação* que a determinou. Atualmente, a criança pertence por direito à fratria do pai; em outras palavras, a filiação, no que diz respeito à fratria, se faz em *linha paterna*. Ora, se talvez não seja correto considerar como demonstrado que, na Austrália, a filiação uterina ou materna sempre e em todos os casos precedeu a filiação masculina, isso certamente é o fato mais geral. Em quase todas as sociedades australianas onde a segunda é estabelecida, encontram-se costumes que atestam que o outro princípio esteve anteriormente em vigor.¹² Portanto, é uma hipótese muito plausível e, em todo caso, muito legítima que, entre os Aruntas, os fatos tenham se sucedido nesta ordem; que a criança tenha começado por pertencer à fratria da mãe, já que, em um dado momento, a ordem legal de descendência foi alterada.

Os fatos confirmam essa hipótese. A filiação uterina deixou por si mesma, traços que testemunham sua preexistência. São os seguintes:

1. Sem pretender sustentar que a filiação uterina seja sempre e necessariamente acompanhada de uma espécie de *matriarcado* ou de *ginocracia*,¹³ é, no entanto, certo que, em todos os lugares onde está em uso, a mulher goza, se não de uma supremacia, pelo menos de uma condição social relativamente elevada. Ela é cercada de mais consideração do que nas sociedades inferiores que adotaram o outro sistema de filiação. Notavelmente, como é por elas que se perpetua cada sociedade religiosa, elas ocupam naturalmente um lugar mais considerável na vida religiosa. Ora, enquanto, entre os Aruntas atuais,

¹² Ver sobre essa questão no L'Année sociologique, I, p. 22ss.

¹³ NT: Regime político caracterizado pelo primado do papel da mulher nos cargos autoritativos, deliberativos e legislativos.

elas são excluídas das cerimônias e mantidas quase completamente fora do culto, elas certamente desempenharam no passado um papel religioso muito mais importante. As tradições as apresentam muito frequentemente como *iniciadoras*. Há ritos que elas teriam instituído, grupos totêmicos que elas teriam fundado (Spencer; Gillen, 1899, p. 404; 562); de modo que muitos objetos sagrados, são considerados provenientes de mulheres cujo mito comemora a memória. (Spencer; Gillen, 1899, p. 122; 404; etc). O contraste entre o presente e o passado é tão marcado que chamou a atenção de Spencer e Gillen. “Muitas tradições podem, sem dúvida, ser consideradas como prova de que, no passado, as mulheres possuíam maiores privilégios do que no presente. É um fato digno de nota a mudança que se produziu na condição das mulheres”.¹⁴

2. O pai e a mãe usam duas expressões diferentes para designar seus filhos: o pai os chama de *allira*, a mãe de *umba* (seja *filho* ou *filha*). Ora, uma dupla denominação desse tipo é usada nas tribos que praticam a filiação uterina, como entre os Dieyerries, os Kolor-Kurndits, os Mopor-Kurndits e as tribos do sudoeste australiano;¹⁵ ao contrário, entre os Kurnais, os Narrinyeris e os Turras, onde a filiação é masculina, apenas um termo é empregado.¹⁶ Essa diferença é, aliás, facilmente explicável, e várias hipóteses podem ser propostas para explicá-la. É provável – o parágrafo seguinte fornecerá a prova disso – que, primitivamente, a mãe permanecesse com seus filhos em seu clã natal e que o pai apenas fizesse aparições temporárias, mais ou menos prolongadas. Nessas condições, as relações da criança com a mãe eram muito diferentes daquelas que mantinha com o pai; e é natural que dois termos distintos tenham sido usados para designá-las. A diferença persiste, embora atenuada, quando, permanecendo a filiação sempre uterina, tornou-se usual que a mulher viesse viver com seu marido. A criança, pertencendo sempre à fátia e ao clã de sua mãe, era associada à mesma vida religiosa que ela, enquanto era estranha à vida religiosa dos parentes paternos. O estabelecimento da filiação masculina, ao acabar com essa dualidade, faz entender que, por consequência, a terminologia tenha se simplificado.

3. Em certos aspectos, o marido está, durante toda a sua vida, em um

¹⁴ Spencer; Gillen, 1899, p. 195-196. Cf. p. 122.

¹⁵ Veja Cunow, Die Verwandtschaftsorganisationen der Australneger, p. 104; 117.

¹⁶ Veja Cunow, Die Verwandtschaftsorganisationen der Australneger, p. 72; 88.

estado de dependência em relação aos parentes de sua esposa: ou seja, está sujeito a uma espécie de *obrigação alimentar*. Os produtos de sua caça devem ser partilhados segundo uma regra estabelecida pelo costume. A primeira porção pertence ao seu sogro e, depois de alimentar a si mesmo, suas esposas e seus filhos, ele deve o restante aos filhos dos irmãos de sua esposa, à sua sogra, ao pai dela e às irmãs deste último. Inversamente, ele nunca deve comer a carne de um animal capturado, morto ou tocado por uma dessas pessoas. Segundo as próprias palavras de Spencer e Gillen, há assim "uma espécie de tributo pago ao grupo da esposa; ... o que parece indicar uma condição anterior na qual o homem devia uma espécie de obediência ao grupo de sua esposa". (Spencer; Gillen, 1899, p. 430).

Uma subordinação dessa natureza é dificilmente explicável se não admitirmos que houve um momento em que o marido viesse, pelo menos temporariamente, no grupo totêmico de sua esposa; o que implica necessariamente a *filiação uterina*.

4. No entanto, aqui está uma prova ainda mais decisiva.

Dissemos que cada fratria é dividida em duas classes cujos nomes associados, nos serviram para designá-las. Chegou o momento de explicar em que consiste a organização dessas classes. Ela se baseia no seguinte princípio: dentro de uma mesma fratria, duas gerações consecutivas devem pertencer a dois subgrupos distintos e portar nomes diferentes. Cada classe é precisamente um desses subgrupos. Por exemplo, a fratria *Panunga-Bulthara* inclui uma classe *Panunga* e uma classe *Bulthara*; se um homem pertence à primeira dessas classes e, portanto, carrega esse nome, seus filhos pertencerão à segunda; ou seja, serão *Bultharas*. Mas os filhos desses *Bultharas* se distinguirão de seus ascendentes imediatos ao retomar o nome de seu avô; portanto, também serão *Panungas*. O mesmo ocorre com as classes *Purula* e *Kumara* na outra fratria. O nome coletivo que uma geração porta desaparece na seguinte, reaparece na terceira, para desaparecer novamente na quarta, e assim por diante.¹⁷

Por outro lado, essa instituição das classes se complica com uma *exogamia*

¹⁷ Ver sobre essa questão no *L'Année sociologique*, 1. p. 16 e seguintes.

especial. Não é correto dizer, como fizemos até agora para simplificar, que um Panunga-Bulthara pode se casar com qualquer Purula-Kumara. Na realidade, cada classe de uma fratria só pode contrair casamento com uma classe específica da outra fratria. No quadro a seguir, as classes cujos nomes estão unidos por uma linha de pontos são aquelas que têm entre si o *connubium*.¹⁸

<i>Primeira Fratria</i>	<i>Segunda Fratria</i>
Classes Panunga	Purula
Classes Bulthara	Kumara

O fato de que as fratrias dos Aruntas são divididas em classes organizadas dessa maneira é, por si só, uma prova de que, em algum momento, elas se recrutaram por meio de *filiação uterina*. Howitt já havia notado, há muito tempo, que essa organização só se encontra em estado de pureza nas sociedades onde o sistema uterino está em vigor, e que ela desaparece quando a filiação *per masculos* se estabelece.¹⁹ Nós mesmos mostramos, em outro trabalho, a razão pela qual a instituição dessas classes implica a filiação pelas mulheres.²⁰ Contudo, não é necessário introduzir aqui essa teoria geral, que poderia ser facilmente contestada; pois, no que diz respeito aos Aruntas, dispomos de um fato realmente crucial.

Primeiramente, vamos nos certificar de entender bem em que consiste uma mudança de filiação em relação à fratria, tal como supomos ter ocorrido entre os Aruntas. Para simplificar nossa exposição, consideremos uma tribo abstrata, dividida em duas fratrias que designaremos simplesmente pelos números 1 e 2; chamemos A e B as classes que compõem a primeira, e A' e B' as classes correspondentes da segunda. A sequência das gerações pode ser representada da seguinte maneira:

¹⁸ NT: Compatibilidade matrimonial ou aptidão para casar.

¹⁹ Veja Howitt, Further Notes on the Australian Classes in Journal of the Anthropological Institute, 1888, p. 40.

²⁰ L'Année Sociologique, I, p. 16; encontram-se no mesmo local, as explicações complementares sobre a questão das classes.

	<i>Primeira Fratria</i>	<i>Segunda Fratria</i>
<i>Primeira geração</i>	Classe A	Classe A'
<i>Segunda geração</i>	Classe B	Classe B'
<i>Terceira geração</i>	Classe A	Classe A'

As classes unidas por linhas horizontais, têm entre si o *connubium*; em outras palavras, A só pode se casar com A', e B com B'. Isso posto, consideremos a classe B. Como supomos a filiação uterina, a criança pertence à fratria de sua mãe. Todos os membros de B têm, portanto, suas mães na mesma fratria, mas na classe da qual não fazem parte, ou seja, em A (primeira geração). Porém, as mulheres de A só puderam se tornar mães ao se unirem aos homens de A'. Portanto, todos os pais dos indivíduos de ambos os sexos que compõem a classe B estão em A'. Por outro lado, os homens de B só podem se casar com as mulheres de B'. Os filhos desses casamentos, pertencendo a mesma fratria de suas mães (*fratria 2*), mas na classe à qual elas não pertencem, estarão necessariamente em A' (*terceira geração*). Assim, A' compreende na primeira geração todos os pais de B, e, na terceira, todos os filhos cujos pais estão em B. Para que pais e filhos fizessem parte da mesma fratria, ou seja, para que a filiação fosse *per masculos* quanto à fratria, seria necessário que as classes B e A', em vez de estarem em fratrias diferentes, se unissem de modo a formar uma só fratria. Da mesma forma, pode-se demonstrar que a classe A contém na primeira geração todos os pais de B' e, na terceira, todos os filhos cujos pais estão em B'. Neste caso, para que a filiação se tornasse masculina, seria necessário que as classes A e B' pudessem se unir de maneira a serem compreendidas na mesma fratria. Ora, a dupla condição que acabamos de enunciar será obviamente cumprida se A vier para a segunda fratria tomar o lugar de A', e se A' for para a primeira tomar o lugar de A.

Dessa maneira, com efeito, A' estará com A e A com B', ou seja, os pais estarão situados na mesma metade da tribo que seus filhos. Portanto, para que o

sistema de filiação mude, é necessário e suficiente que cada fratria troque uma de suas classes com a classe correspondente da outra, permanecendo as duas outras classes em sua posição original.

Apliquemos essa regra aos Aruntas. Atualmente, sob o regime de filiação masculina, a disposição de suas fratrias é a seguinte:²¹

	<i>Primeira Fratria</i>	<i>Segunda Fratria</i>
<i>Classes que possuem connubium</i>	Bulthara	Kumara
<i>Classes que possuem connubium</i>	Panunga	Purula

De acordo com o que foi estabelecido, se a filiação masculina sucedeu, entre os Aruntas, à filiação uterina, a disposição acima deve ter sucedido a uma disposição diferente. Para obter esta última, basta interverter duas classes correspondentes. Portanto, a organização da tribo deve ter, então, assumido a seguinte forma:

<i>Organização da tribo segundo o regime uterino</i>	
Kumara	Bulthara
Panunga	Purula

No entanto, há provas de que essa organização realmente existiu entre os Aruntas. Apenas, para fazer essa demonstração, precisamos considerar a tribo em seus relacionamentos com a tribo vizinha dos Urabunnas.

Esta última também é dividida em duas fratrias *exogâmicas*, uma chamada *Mathurie* e a outra *Kirarawa*; mas, ao contrário do que acontece entre os Aruntas, a criança pertence à fratria da mãe. Apesar dessa diferença de organização, como as duas tribos estão em constante contato, casamentos frequentemente são contratados de uma para a outra. Mas como, de ambos os lados, a exogamia da fratria é o princípio fundamental de todo o direito matrimonial, pareceu natural e necessário que essa regra indispensável se aplicasse aos casamentos internacionais tanto quanto aos outros. Para isso, uma

²¹ Designamos as duas fratrias pelos números 1 e 2, de maneira convencional e para a conveniência da exposição.

equivalência foi estabelecida entre os sistemas das duas sociedades: cada fratria dos Urabunnas é assimilada a uma das duas fratrias dos Aruntas; e o casamento é proibido entre os Aruntas e Urabunnas que fazem parte das fratrias assimiladas. O quadro a seguir expressa a maneira como essa equivalência é regulada.

<i>Fratria dos Urabunnas</i>	<i>Fratrias Assimiladas dos Aruntas</i>	<i>Organização inicial das Fratrias dos Aruntas</i>	<i>Organização Arunta correspondente ao regime uterino²²</i>
Ire Kirarawa	Kumara	Kumara	Kumara
	Panunga	Purula	Panunga
Ile Mathurie	Bulthara	Bulthara	Bulthara
	Purula	Panunga	Purula

Em virtude dessa identificação, um Urabunna da fratria Kirarawa que se estabelece entre os Aruntas, é considerado como pertencente à fratria Kumara-Panunga; como tal, ele não pode tomar uma mulher Arunta a não ser que ela pertença à fratria Bulthara-Purula. Inversamente, um Mathurie é assimilado a um Bulthara-Purula e, portanto, só pode casar-se com uma Kumara-Panunga.²³

Mas nota-se que as fratrias Aruntas são compostas, nesse caso especial, de maneira diferente do usual; para que a diferença seja mais facilmente compreendida, colocamos os dois arranjos lado a lado no quadro acima. A posição ocupada pelas duas classes Panunga e Purula não é a mesma nas duas classificações; há entre elas um tipo de *intercâmbio*. Ora, sabemos que essa diferença na composição das fratrias indica uma diferença no modo de filiação. O sistema estabelecido para os casamentos internacionais deve, portanto, corresponder a um regime de filiação diferente daquele empregado regularmente

²² Os resultados estão de acordo com o indicado na tabela anterior.

²³ A questão de saber a qual das duas classes da fratria assimilada ele deve pertencer, é resolvida em cada caso particular com base em princípios que desconhecemos.

nas relações internas da tribo. E, com efeito, é evidente que o primeiro é idêntico em todos os pontos ao que nos pareceu correlativo da filiação uterina; o quadro da página 336²⁴ permite uma comparação imediata. As classes estão exatamente agrupadas da mesma maneira nos dois casos. Encontramos, portanto, entre os Aruntas, dois tipos de organização que funcionam paralelamente, e um deles corresponde a um estado social em que a filiação era *uterina*.

Elas se contradizem até mesmo em pontos essenciais. A organização que regulamenta os casamentos entre tribos permite uniões que a outra proíbe *absolutamente*. Assim, de acordo com o regulamento interno dos Aruntas, o casamento é proibido entre um Kumara e uma Purula, já que as duas classes pertencem à mesma fratria. No entanto, é permitido na outra organização; pois um Kumara é Kirarawa, uma Purula é Mathurie e uma Mathurie pode se casar livremente com um Kirarawa. O mesmo pode ser dito sobre os casamentos entre Bultharas e Panungas.²⁵

Duas legislações tão diferentes devem, necessariamente, ter sido estabelecidas em *momentos diferentes da história*. E é possível conceber que as coisas aconteceram da seguinte maneira: inicialmente, o arranjo intertribal era o único em vigor; ele se aplicava tanto às relações internas quanto às externas da tribo, sendo a filiação entre os Aruntas, assim como entre os Urabunnas, *uterina*. Mais tarde, quando a filiação se tornou masculina entre os primeiros, a distribuição das classes entre as duas fratrias foi modificada. Mas essa revolução, como veremos melhor adiante, respondia exclusivamente a necessidades internas da tribo; portanto, ela não se estendeu para fora e não afetou o que se poderia chamar de direito matrimonial internacional. Além disso, era impossível que se transformasse da mesma forma, já que os Urabunnas permaneceram fiéis ao antigo sistema de filiação. Assim, para tudo que dizia respeito aos casamentos entre Urabunnas e Aruntas, a antiga organização sobreviveu sem mudanças; e é assim que ela nos traz o testemunho de um tempo em que a filiação não era o que é hoje.²⁶

²⁴ **Nota do editor:** nesta versão do texto durkheimiano, o quadro a que ele se refere se encontra na página 21.

²⁵ Isso não permite aceitar, como parecem fazer Spencer e Gillen (p. 69), que as fratrias tenham sido organizadas de forma *deliberada e artificial*; pois, as fratrias estão muito estreitamente ligadas a toda a organização moral dessas tribos para poderem ser arranjadas ou desarranjadas dessa forma.

²⁶ Poderíamos citar outros fatos para provar a preexistência da filiação uterina, se não temêssemos prolongar desnecessariamente essa demonstração. Contentemo-nos em indicar os principais.

Portanto, está longe da verdade que os Aruntas nos apresentem, como foi dito, o *tipo perfeito da civilização primitiva*. Na realidade, no momento em que foram observados, eles já haviam se distanciado significativamente de seu estado inicial; ocorreram reestruturações graves e profundas na própria estrutura de sua sociedade. E são precisamente essas reestruturações que nos permitirão explicar essa endogamia totêmica que se quis fazer passar como característica essencial do totêmismo primitivo.

Imaginemos, com efeito, a tribo como era sob o regime de filiação uterina. Cada uma de suas duas fratrias tinha então seus próprios totens. Mas eis que o sistema de filiação muda, e as crianças são integradas na fratria de seus pais. Para isso, cada fratria cede à outra uma de suas classes e recebe uma em troca. Os Panungas vão se juntar aos Bultharas, ou seja, aos seus ascendentes e descendentes em linha masculina; e, da mesma forma, os Purulas vêm tomar seu lugar ao lado dos Kumaras. Mas não se muda de totem porque se muda de fratria. Os membros das classes assim deslocadas mantiveram os totens que tinham na fratria de onde saíram e os importaram para aquela onde foram incorporados. Esses totens importados, naturalmente se somaram em cada fratria, àqueles que já estavam estabelecidos, e a classe que permaneceu, continuava a representar e os perpetuar. Assim, ao cederem mutuamente uma classe, as duas fratrias comunicaram uma à outra, seus próprios totens; conseqüentemente, não houve mais nenhum grupo totêmico que estivesse inteiramente incluído em uma das duas metades da tribo.

Ora, essa difusão de cada totem por toda a extensão da sociedade

1º Analisando as tradições que se referem a um certo período da história mítica da tribo, Spencer e Gillen notam com surpresa que vemos homens da classe Purula coabitando com mulheres da classe Kumara. Ora, dizem eles, “isso é exatamente o inverso do que ocorre atualmente... Essas tradições só parecem explicáveis se supormos que existiam então restrições matrimoniais diferentes das que foram introduzidas em uma época posterior” (p. 418). Isso é uma prova de que uma profunda transformação ocorreu em um dado momento na ordem social dos Aruntas. Mas, além disso, pode-se ver que a organização intertribal, aquela que corresponde à filiação uterina, permite justamente esses casamentos entre Purulas e Kumaras.

2º A divisão de cada fratria em duas classes deu lugar, com o tempo, pelo menos em algumas dessas tribos, a uma divisão em *quatro classes* (oito para a tribo). Ora, acreditamos que é possível provar que essas novas subdivisões se devem à mudança ocorrida no modo de filiação. Quando a filiação masculina substitui a filiação uterina, a primeira traz suas próprias proibições matrimoniais, que se somam às que a segunda implicava; ou seja, as *restrições exogâmicas tornam-se mais numerosas*. Por exemplo, quando a mudança de filiação diz respeito ao totem, é proibido casar-se tanto no totem do pai quanto no totem da mãe. Nos Aruntas, sob a filiação uterina, era proibido casar-se nas duas classes da fratria *materna*; quando a filiação se tornou masculina, foi proibido casar-se nas duas classes da fratria *paterna*. Mas a antiga proibição, fortemente enraizada nos costumes, manteve-se ao lado da nova. Uniões que, durante séculos, foram consideradas incestuosas não perdem esse caráter de um dia para o outro. O casamento ficou assim proibido entre as quatro classes existentes e, por conseguinte, teria se tornado impossível se novas classes não tivessem sido criadas. Contentamo-nos em indicar aqui o princípio dessa reorganização sem poder entrar em detalhes.

necessariamente deu origem a uma *endogamia totêmica*. Com efeito, a exogamia do clã só pode repousar sobre uma das duas bases seguintes (ou sobre ambas simultaneamente): ela pode resultar da *exogamia da fratria*, que a implica normalmente; ou também pode estar diretamente ligada à constituição intrínseca dos clãs secundários. No entanto, a partir do momento em que a organização dos Aruntas foi transformada, como mencionado anteriormente, ambas as condições deixaram de ser atendidas. Como todos os totens se encontravam representados em cada fratria, a exogamia da fratria já não bastava para garantir, por si só, a exogamia dos grupos totêmicos. Havia, então, Cangurus ou Emus nas duas metades da tribo; a obrigação de se casar fora da metade à qual se pertencia não implicava mais a obrigação de se casar fora do próprio totem. Por outro lado, para que a exogamia do grupo totêmico pudesse se manter por si mesma, apoiada apenas em princípios próprios ao clã, seria necessário que este permanecesse suficientemente constituído; pois um grupo sem *coesão*, *sem unidade material* ou *moral*, não poderia ter a ascendência necessária para exercer uma grande influência sobre os indivíduos; muito, especialmente para lhes impor uma regulamentação matrimonial tão rigorosa. Em outras palavras, o *direito* e a *moral* próprios do clã só podem durar enquanto ele mesmo subsistir como uma *sociedade constituída*; é por isso que, em todas as tribos em processo de dissolução, a exogamia totêmica desaparece paralelamente. Ora, a revolução que havia ocorrido na organização social dos Aruntas, ao dispersar os clãs entre as duas fratrias, lhes retirou, ao mesmo tempo, toda a *consistência* e *individualidade*. Não apenas os membros de cada um deles não ocupavam um mesmo habitat (isso talvez já fosse o caso sob o regime da filiação uterina), mas eles já não pertenciam aos mesmos quadros sociais. Quando a tribo se reunia para deliberar sobre assuntos comuns ou para realizar alguma cerimônia importante, eles não se agrupavam juntos: a distância material e moral que separava as duas fratrias também separava cada clã em duas partes distintas. Segundo a expressão de Spencer e Gillen, que já citamos, não há quase nada na vida pública dos Aruntas que manifeste a existência de agrupamentos totêmicos. Mesmo nas cerimônias de Intichiuma, onde, no entanto, os membros do totem interessado desempenham um papel preponderante, eles não estão sozinhos; com bastante frequência, encontram-se ao lado deles membros de outros totens, mas da mesma fratria. Em resumo, o clã não era mais do que um agregado bastante incoerente

de indivíduos que portavam um mesmo nome, que eram supostamente ligados a uma mesma categoria de coisas naturais, mas que já não formavam, propriamente falando, um grupo definido. Nessas condições, a regulamentação moral de que ele era o órgão não poderia deixar de enfraquecer; foi assim que a exogamia do clã se desfez diante da exogamia da fratria.

Não é, aliás, impossível vislumbrar as principais causas que determinaram essa série de mudanças. Primeiro, tanto entre os Aruntas quanto nas outras sociedades australianas, o costume de que o marido levasse sua esposa para morar com ele deve ter se estabelecido rapidamente; conseqüentemente, era na localidade do pai que os filhos nasciam e cresciam. Mas o princípio da filiação uterina, ao classificar esses filhos na fratria de sua mãe, os obrigava a se separar do pai nas principais circunstâncias da vida. Sempre que se reuniam por fratria, se o filho estava de um lado, o pai estava do outro, apesar de, no restante do tempo, compartilharem a mesma existência. Não é necessário explicar o quanto essa situação era contraditória e dificilmente tolerável. No entanto, como muitos outros povos australianos continuam, de fato, a tolerar essa situação apesar de terem os mesmos inconvenientes, é provável que os Aruntas não teriam modificado sua organização apenas por essa razão, se outra causa não tivesse reforçado os efeitos da anterior.

Essa causa é o grau excepcional de unidade ao qual essa sociedade parece ter chegado rapidamente e que normalmente não se encontra nas tribos da Austrália. Entre todos os Aruntas, dizem os observadores, existe um forte sentimento de solidariedade (Spencer; Gillen, 1899, p. 32). Um grupo local está sem Churingas? Um grupo vizinho lhe empresta; e, para um Arunta, *não há presente mais precioso nem sacrifício mais importante*. Existem inúmeras ocasiões em que toda a tribo se reúne, e essas reuniões podem durar semanas.²⁷ Durante esses encontros, eles deliberam sobre assuntos comuns e frequentemente, após essas deliberações, acordam em introduzir importantes inovações nas práticas habituais. Mas o que demonstra ainda melhor o grau de unificação moral da sociedade é o fato notável de que existe um totem comum a

²⁷ Isso ocorre especialmente com relação ao *Engwura*; uma série de cerimônias que finalizam o procedimento de iniciação, nas tribos onde essas assembleias são realizadas. Spencer e Gillen assistiram a um Engwura que durou de setembro a janeiro. É essa unificação moral da sociedade que explica como, entre os Aruntas, a iniciação é um rito não do grupo totêmico, mas da tribo.

todas as classes: *o gato selvagem*. Todos os membros da tribo, independentemente de seu grupo totêmico, são proibidos de comer esse animal; apenas alguns anciãos estão isentos dessa proibição. O culto a esse animal é, portanto, uma espécie de culto público, comum a toda a tribo, e sabe-se que religiões desse tipo só podem se formar na medida em que o *particularismo religioso* se enfraquece e a vida geral da sociedade, ao contrário, se desenvolve. Mas, ao mesmo tempo, quanto mais essa vida social se intensifica e se torna contínua, mais também se torna necessário que ela se organize de maneira a respeitar as relações estabelecidas e os hábitos constituídos.

Desgastes e atritos, toleráveis quando são raros e breves, tornam-se insuportáveis quando se tornam frequentes e prolongados. Foi, sem dúvida, isso que levou os Aruntas, durante uma dessas assembleias gerais mencionadas anteriormente, a modificar seu sistema de filiação. Além disso, a reforma era tão evidente, tão intrínseca à natureza da sociedade, que deve ter ocorrido com a maior facilidade. As mudanças na composição das fratrias não implicavam, com efeito, nenhum deslocamento material. Pais e filhos já pertenciam aos mesmos grupos locais; ao integrá-los em uma mesma categoria social e religiosa, apenas se formalizou um *estado de fato*. As duas classes que agora compunham cada fratria reorganizada, incluíam apenas indivíduos que, há muito tempo, viviam juntos ou próximos uns dos outros. Pode-se perguntar por que o sistema de filiação foi alterado em relação à fratria em vez de ao totem. Parece, com efeito, que o mesmo resultado poderia ter sido alcançado, e de maneira até mais completa, se tivesse sido decidido que a criança pertenceria ao totem de seu pai; pois, assim, ela também pertenceria à fratria paterna, já que o totem implicava então a fratria. E assim a reorganização necessária poderia ter sido realizada, ao que parece, sem que os grupos totêmicos perdessem nada de sua individualidade. Mas isso é esquecer que o totem não é algo que os homens *acreditam poder dispor à vontade*, pelo menos enquanto as crenças totêmicas ainda estiverem em vigor. Um totem, com efeito, não é apenas um nome; é, antes de tudo, um princípio religioso que se funde com o indivíduo em que reside, fazendo parte de sua personalidade. Não se pode, portanto, mudar de totem mais do que se pode mudar de alma, e, por outro lado, a maneira como essas “*almas*” se encarnam nos corpos a cada geração não pode ser determinada ou alterada por um decreto

humano. Enquanto, segundo as crenças predominantes, o totem da criança fosse considerado uma emanção do totem da mãe, nenhuma medida legislativa poderia fazer com que fosse diferente. Assim, a filiação paterna geralmente só se estabelece de maneira completa e sem reservas quando o totem ou desaparece ou perde seu significado religioso para se tornar um *nome*, uma simples *etiqueta social*. É o caso, por exemplo, dos Narrinyeris. A criança pertence ao totem de seu pai; mas o animal totêmico não é mais objeto de nenhum rito. Pode ser comido livremente; não há mais nenhuma identificação entre o indivíduo e seu totem.²⁸ Nos Kurnais, onde a filiação também é paterna, mal restam alguns vestígios de totêmismo. Ao contrário, entre os Aruntas, as crenças totêmicas ainda deviam ser fortes no momento em que se sentiu a necessidade de mudar o sistema de filiação, uma vez que elas subsistem hoje quase inalteradas. Portanto, não permitiam que o modo de transmissão do totem pudesse ser modificado de imediato, por um ato da vontade coletiva.²⁹ É por isso que a mudança teve de se limitar à fratria.

E essa é, aliás, uma das razões que tornam o caso dos Aruntas extremamente instrutivo para o sociólogo. Porque a reforma que incidiu sobre as fratrias, as consolidou em detrimento dos clãs secundários, que, pelo contrário, foram desorganizados. Sem dúvida, os diferentes cultos totêmicos sobreviveram, mas, como mostramos, não havia mais um número correspondente de grupos definidos, socialmente constituídos, encarregados de cada um deles. O resultado foi que, entre os Aruntas, a fratria se apresenta à observação em condições excepcionalmente favoráveis. Normalmente, com efeito, ela não é diretamente observável em sua forma e unidade originais; em todos os lugares onde é encontrada, ela está mais ou menos em processo de dissolução; por conseguinte, parece ser apenas a estrutura externa dos clãs secundários que, por sua vez, assumiram um papel de destaque e se tornaram as divisões fundamentais da sociedade. Assim, mascarada por esse sistema de clãs que tendem a encobri-la e apagá-la cada vez mais, sua verdadeira natureza é difícil de perceber; assim como sua função e seu lugar no conjunto das instituições sociais. No entanto, entre os

²⁸ Cunow, Die Verwandschaftsorganisationen der Australneger, p. 82.

²⁹ Mudanças, aliás, devem ter ocorrido ao longo do tempo, uma vez que a reorganização das fratrias com base na filiação masculina foi realizada e começou a produzir seus resultados. É assim que explicamos a maneira como o totem da criança é atualmente determinado. Em breves palavras, pode-se dizer que a criança adota o totem do lugar onde se acredita que ela foi concebida. Percebe-se a indeterminação presente em um tal princípio. Portanto, não nos parece possível que ele seja realmente primitivo. Deve resultar de uma série de transformações decorrentes do estado de desorganização em que os grupos totêmicos se encontram a partir de então. Nota-se que não há mais nada aí que *seja regulamentado socialmente*.

Aruntas, devido à quase dissolução dos grupos totêmicos, ela nos é apresentada, pelo contrário, em um estado de isolamento quase completo, o que facilita seu estudo. Se considerarmos que ela constitui a formação social mais elementar que podemos alcançar, exceto por reconstruções hipotéticas, compreenderemos toda a importância da experiência espontânea que a natureza assim nos proporcionou.³⁰

V

A questão das *interdições matrimoniais* resolvida, a das *interdições alimentares* não nos deterá por muito tempo. Ela se resolve segundo os mesmos princípios.

Com efeito, considerando-se as razões que existem para considerar a organização totêmica dos Aruntas atuais como uma forma enfraquecida de sua organização original, as permissões da regulamentação atual, que permitem, sob certas condições, o consumo do animal totêmico, devem ser atribuídas a um enfraquecimento da *regulamentação original*. Supor que a liberdade era absoluta no princípio e que as restrições são de data relativamente recente seria admitir que o sistema, tal como existe hoje, é um fortalecimento do sistema primitivo, o que contradiz os fatos que acabamos de estabelecer. Parece muito mais natural pensar que, pouco a pouco, as proibições foram se tornando menos severas, à medida que as crenças e práticas totêmicas perdiam sua rigidez. Aliás, é isso que fica evidente pelas reservas e restrições que continuam a ser prescritas. Sabemos, com efeito, que há no animal totêmico órgãos para os quais a proibição ainda é quase *absoluta*: somente os anciãos (Spencer; Gillen, 1899, p. 203 em diante) têm o direito de tocá-los, e apenas em certas ocasiões. Não se percebe, através dessas reservas, as últimas resistências de um costume que, após ter sido mais estritamente proibitivo, cede a alguma pressão da opinião, *mas de forma gradual e passo a passo*?

Aliás, tudo o que se sabe sobre o totemismo deveria ser suficiente para

³⁰ Uma questão, em particular, sobre a qual essa experiência projeta alguma luz, é a que diz respeito aos quadros de parentesco. Eles são os mesmos entre os Aruntas e nas outras tribos australianas. Ora, é certo que, entre os Aruntas, os grupos aos quais esses quadros se referem são as fratrias e não os clãs secundários; por exemplo, o nome do pai designa toda a geração precedente da fratria à qual pertence. Isso significa que essas nomenclaturas se constituíram quando a sociedade era composta apenas de *dois clãs primários*. Trata-se de um fato muito importante, que nos limitamos a indicar. Não é que já não tivesse sido conjecturado; mas aqui, ele é estabelecido diretamente.

afastar a hipótese de que ele possa ter existido em algum momento, com suas características essenciais, sem proteger o animal totêmico contra agressões. Com efeito, o princípio essencial desse sistema religioso, é que o homem e o animal que lhe serve de totem estão unidos por uma *estreita parentela*. Contudo, esta definição ainda não é suficiente: na realidade, há entre eles uma *verdadeira identidade substancial*. O animal pertence ao clã da mesma forma que o homem que carrega seu nome pertence à espécie animal. Ora, é uma regra geral que os membros de um mesmo clã devem respeitar mutuamente suas vidas; esse respeito é tão conforme à natureza das coisas que, de fato, os atentados contrários são raros. Portanto, a partir do momento em que o animal é considerado feito da mesma substância que o homem e pertencente ao mesmo grupo social, ele deve necessariamente ser protegido de ser morto. Para que essa proibição se estabelecesse, não era de forma alguma, necessário que os homens começassem a observar o que acontece no mundo animal: bastava-lhes observar o que acontecia *entre eles* e *dentro deles*, e estender aos seus congêneres animais, os sentimentos que tinham por seus congêneres humanos. E como não viam diferenças essenciais entre ambos, essa extensão ocorreu naturalmente e de imediato, sem que fosse necessário admitir uma prioridade em favor dos segundos.

Restam, é verdade, as tradições que nos representam os ancestrais lendários da tribo, comendo livremente do animal totêmico. Mas as crenças e os ritos atuais, dos quais essas lendas não são mais do que uma elaboração mítica, transparecem sob a letra dos relatos. Há, ao longo do ano, um momento determinado em que cada grupo totêmico não apenas come de seu totem, mas é obrigado a fazê-lo: geralmente, é quando a nova geração do animal totêmico começa a crescer, ou quando a planta, se for um vegetal, parece madura para ser colhida. Então, os produtos da caça ou da colheita são levados ao acampamento e os membros do grupo totêmico os consomem cerimonialmente; caso se abstivessem, o laço de parentesco que os une à espécie totêmica seria rompido e, com isso, perderiam as virtudes e os poderes *sui generis* que se acredita resultar desse parentesco. A obrigação é particularmente premente para o chefe do grupo e para os anciãos. A razão original desse rito é evidente. Como os homens do grupo que tem o Canguru como totem são Cangurus, eles só podem manter essa

qualidade se renovarem periodicamente em si a substância, tanto *material* quanto *mística*, que possuem e que os faz Cangurus; pois ela se esgotaria pelo uso se não a revitalizassem regularmente. Portanto, a única maneira que acreditam ser capaz de alcançar esse resultado é absorvendo algumas parcelas do ente que consideram possuir essa substância de forma mais eminente. Trata-se, em suma, de um *sacramento comunal*.³¹ Ora, as tradições de que falamos não são outra coisa senão esse rito transportado pela imaginação popular para esses tempos míticos em que viviam os heróis *epônimos*, e amplificado justamente por causa desse caráter heroico e quase divino. Não se podia conceber, de fato, que os ancestrais não estivessem antigamente submetidos, assim como seus descendentes estão hoje, a essa obrigação; ou poderíamos dizer, a essa *necessidade física*. Mesmo atribuindo-lhes uma natureza excepcional, diferente da dos homens comuns, pareceu natural que os meios que usavam para manter essa natureza estivessem de acordo com sua mais alta dignidade religiosa; é por isso que as tradições os fazem recorrer mais frequentemente e mais amplamente a essa alimentação *sui generis*. Sabemos, além disso, que, em outras sociedades, os indígenas criaram lendas muito semelhantes para explicar a relação que mantinham com seus totens: para entender o que poderiam ter em comum com determinado animal, imaginaram que descendiam de ancestrais que, durante sua vida, faziam desse animal sua principal fonte de alimento.³² Portanto, é um equívoco ver nas tradições correspondentes dos Aruntas um eco distante de eventos históricos; na verdade, são *construções mentais* destinadas a tornar mais facilmente compreensíveis os princípios fundamentais do culto ou a harmonizar a história mítica da tribo com esses princípios.³³

VI

Não há, portanto, nenhuma razão para reformar completamente nossa noção de totemismo. Tudo indica que as proibições matrimoniais e alimentares, até agora reconhecidas como características desse sistema religioso, foram primitivamente observadas pelos Aruntas. Se hoje elas aparecem apenas atenuadas, não é porque o totemismo, em si, não as implique, mas porque o

³¹ Às vezes, a comunhão ocorre não apenas pela alimentação, mas também pela unção.

³² Ver Grey, *Vocabulary of the Dialects of South-Western Australia*, citado pelos próprios Spencer e Gillen, p. 209.

³³ Essa explicação já havia sido indicada no *L'Année* no decorrer da resenha dedicada ao livro de Spencer e Gillen, t. III, p. 215.

totemismo dos Aruntas não é mais o mesmo de outrora e, embora sobreviva em suas formas essenciais, perdeu vitalidade e importância social.

Mas então, como devemos entender a cerimônia do Intichiuma, que é evidentemente essencial e que, à primeira vista, parece se ajustar melhor à nova concepção que nos é proposta.

Para compreender seu verdadeiro significado, basta distinguir, nas descrições que nos são feitas, dois elementos: a *materialidade do rito* e a *função social* que ele é atualmente destinado a cumprir. Considerado em si mesmo, e abstraindo-se das finalidades que atualmente lhe são atribuídas e pelas quais os contemporâneos o justificam, é certamente muito antigo. Assim, o Sr. Spencer e Gillen prestaram um grande serviço ao divulgá-lo. Até agora, o totemismo não era para nós mais do que um sistema de práticas inteiramente negativas, ou seja, de *interdições*. O procedimento de iniciação, é verdade, não possui esse caráter; mas constitui uma simples introdução ao culto, mais do que uma parte integrante dele. Portanto, desconhecíamos quais poderiam ser os elementos positivos do totemismo. Essa ignorância chegou ao fim. Agora sabemos que a religião totêmica não se limitava a prescrever *abstinências*, mas também envolvia práticas ativas: *cantos, danças, orações, sacrifícios com derramamento de sangue* (no sentido de Smith), *refeições comunitárias*, etc., e assim podemos remontar a formas rituais muito mais primitivas e elementares do que anteriormente.

Mas isso não significa de modo algum que o Intichiuma tenha sido, desde o início, compreendido e praticado com o mesmo espírito de hoje. É provável que os movimentos executados tenham sempre sido os mesmos; mas o sentido que lhes é atribuído atualmente é novo. Com efeito, segundo a concepção atual dos indígenas, o rito não tem outro objetivo senão garantir à tribo uma abundância suficiente de alimentos: cada grupo totêmico coloca à disposição dos outros os poderes de que dispõe para esse fim e recebe deles, em troca, serviços análogos. Ora, em primeiro lugar, uma organização tão elaborada não pode ter sido primitiva. Sabe-se quanto os homens, enquanto não atingem um certo grau de cultura, têm dificuldade em coordenar atividades diversas com vistas a um fim comum; portanto, é muito improvável que uma tal multiplicidade de grupos tenha concebido a ideia de uma cooperação tão ampla e complexa e tenha

conseguido realizar o entendimento necessário para transformá-la em uma instituição regular da sociedade.

O que torna a hipótese ainda mais inadmissível é que ela supõe uma estreita e precoce solidariedade entre os clãs, o que está em contradição com tudo o que sabemos sobre sua constituição e suas relações. Com efeito, o clã é, por si mesmo, uma *sociedade autônoma*, que tem sua própria vida, sua própria moral, que é autossuficiente e que está ligada às sociedades similares da mesma tribo apenas por um vínculo bastante frouro. Este vínculo não pode se estreitar, nem a união entre os clãs se tornar mais forte, sem que, na mesma medida, eles tendam a se fundir uns nos outros e a perder, junto com sua autonomia, sua natureza específica, para servir de matéria a uma organização social de outro tipo. Não apenas eles são, em suas relações mútuas, como *estados independentes*, embora suscetíveis de se federar ocasionalmente, mas também surgem constantemente entre eles conflitos violentos que tornam impossível o estabelecimento de uma cooperação tão pacífica e regular. Além disso, essa concepção atribui ao *artificialismo* um papel que ele não tem na gênese das instituições primitivas.

Deve-se, portanto, admitir que o rito tinha originalmente um objetivo completamente diferente. O clã o praticava em seu próprio interesse exclusivo e, já que lhe era proibido utilizar a planta ou o animal totêmico para sua alimentação, a prática devia necessariamente ter um propósito puramente religioso, e não econômico. Sem dúvida, tratava-se, desde então, de garantir a perpetuidade da espécie; mas era para preservar ao clã os entes sagrados dos quais suas destinações estavam solidárias, não para fornecer uma contribuição acordada às reservas alimentares da tribo. Com efeito, o totem não é apenas uma fonte de influências benéficas (curativas, profiláticas, etc.) para o grupo e seus membros; ele é, literalmente, uma *condição da sua existência*. Para que possa haver um clã do Canguru, é necessário que existam animais dessa espécie; é particularmente necessário que, todos os anos, os homens que portam esse nome possam, pela comunhão de que falamos, reviver sua qualidade. Ora, para isso, é necessário que a espécie não se extinga. O Intichiuma era destinado a prevenir esse infortúnio. Era um rito análogo àqueles que, nas religiões mais desenvolvidas, têm como objetivo *manter a vida da divindade*.

Mas, com o tempo, as ideias mudaram. Os entes da espécie totêmica perderam parte de seu caráter sagrado; é por isso que a regra que proibia comê-los se tornou menos rigorosa e admitiu algumas exceções. Aqui não é o lugar apropriado lugar para investigar como se deu essa mudança. Contudo, a importância das tradições relativas aos ancestrais, que os Alcheringas, assumiram em sua *mitologia*, provavelmente contribuiu muito para esse resultado. Hoje, com efeito, a alma de cada Arunta, princípio que determina o grupo totêmico ao qual ele deve pertencer, é considerada a própria alma de um desses ancestrais. Um nascimento é apenas a reencarnação de uma das almas dos Alcheringas. Quando não estão fixadas no corpo dos vivos, elas residem nos *Churingas*, essas peças sagradas de madeira que os Aruntas conservam com tanto cuidado; é de lá que partem para se introduzir no corpo das mulheres no momento da concepção, e é lá que retornam após a morte, até o momento em que se reencarnam novamente. Consequentemente, a espécie totêmica não podia mais aparecer como o reservatório que alimentava a vida religiosa e até mesmo a vida em geral. As forças misteriosas que conferiam aos membros de cada grupo suas características e poderes *sui generis* não mais vinham dos animais sagrados, mas diretamente dos Churingas e, indiretamente, dos *Alcheringas*. Certamente, essa nascente religião dos ancestrais é apenas uma transformação do totemismo, pois os Alcheringas são, ao mesmo tempo, homens e animais da espécie totêmica. Alguns deles quase não têm nada de humano (Spencer; Gillen, 1899, p. 119). Isso significa que sua natureza era originalmente animal ou vegetal e só gradualmente e parcialmente assumiu uma forma humana. São entes totêmicos transformados. No entanto, essa transformação, de qualquer forma que tenha ocorrido, não podia deixar de modificar profundamente as concepções originais, desviando as ideias e os sentimentos religiosos dos objetos (animais ou plantas) aos quais eram primeiramente dirigidos. O ritual do Intichiuma não poderia mais ser entendido da mesma maneira que antes. Não se podia mais afirmar que a vida de certas espécies de coisas era mantida com tanto cuidado por causa de seu caráter religioso, pois elas já não possuíam esse caráter ou o possuíam de forma muito fraca. Já que sua existência não era mais vista como intimamente ligada à própria existência do grupo, a antiga razão para multiplicá-las deixou de existir.

Entretanto, o rito em si subsistiu pela *força da tradição*; estava muito

enraizado nos costumes para desaparecer. Assim, ele foi mantido com uma modificação na concepção que se tinha dele; sem alterar essencialmente o rito, atribuiu-se a ele um propósito diferente daquele que tinha até então. É muito comum ver uma instituição, que perdeu sua razão original de ser, sobreviver criando novas justificativas para sua existência. O totem já não tinha uma utilidade propriamente religiosa; portanto, só podia ter uma utilidade alimentar ou econômica. Foi por essa última razão que se explicou o rito que visava à sua perpetuação; e essa explicação foi facilmente aceita, uma vez que, ao longo do tempo, a fusão dos clãs havia ocorrido. Como os diferentes grupos totêmicos não eram mais estranhos ou inimigos uns dos outros, pareceu natural que cada um deles se esforçasse para fornecer aos outros um alimento que não lhes servia diretamente, mas que poderia ser usado pelos demais, em uma troca de reciprocidade. Dessa forma, sem um acordo prévio, o Intichiuma acabou realizando uma cooperação que originalmente não tinha o objetivo de estabelecer.

No entanto, mesmo que a maneira como a cerimônia é concebida e praticada atualmente não seja primitiva, ela ainda constitui um fato muito instrutivo que pode ajudar a esclarecer uma questão que permaneceu bastante obscura. No princípio, por sua própria natureza, o totemismo é uma *religião estritamente limitada ao clã*. O totem é sagrado para todos os membros do grupo do qual ele é o emblema; entre eles e o totem existe um vínculo *religioso*. Contudo, para os membros dos clãs estrangeiros, ele é algo *profano*; tem, aos olhos deles, apenas seu valor temporal. Como, então, ele conseguiu escapar desse particularismo estreito para fornecer às religiões da tribo, quando se constituíram, seu ponto de partida necessário? Acreditamos que a cerimônia do Intichiuma, em sua forma atual, lança alguma luz sobre esse problema. Com efeito, podemos ver que, embora o culto ao totem ainda seja algo próprio de um grupo definido e restrito, não é mais, contudo, sua propriedade exclusiva. Pois, os membros dos outros grupos, também se beneficiam dele. Embora não tenham qualificação para praticar o rito por si mesmos, é principalmente em sua intenção que ele é praticado; ou seja, eles *participam indiretamente*. Além disso, mesmo que não sejam eles que pronunciem as palavras sacramentais ou executem os gestos rituais, eles não estão ausentes da cerimônia. Prostrados à distância,

aguardam respeitosamente o desfecho (Spencer; Gillen, 1899, p. 76), e se submetem a certas obrigações prescritas por esse culto que, primitivamente, lhes era estranho e indiferente. Por exemplo, durante o período que segue a celebração do Intichiuma, são obrigados a comer o animal totêmico apenas de uma certa maneira. A crença nas virtudes religiosas de cada totem não é mais exclusiva do grupo particular a que pertence; ela *é comum a toda a tribo*. Toda a tribo se beneficia dos rituais relacionados ao totem e, conseqüentemente, acredita nele. Contudo, a religião de cada clã tornou-se tribal apenas em alguns aspectos; pois todos esses cultos diversos ainda não estão completamente fundidos, senão que permanecem distintos e independentes, cada um com seu centro em um ponto específico onde suas energias ativas estão mais concentradas. Mas, a partir daí eles se irradiam, em certa medida, por toda a sociedade. Isso ainda não forma um sistema, mas um *amálgama de sistemas diferentes*. No entanto, é um progresso considerável que tenham sido tirados de seu isolamento e colocados em contato. Como resultado dessas aproximações e da penetração mútua que delas resulta, eles podem facilmente se fundir pelos aspectos em que mais se assemelham. É assim que certos rituais, como os de iniciação, perderam todo caráter particularista. A iniciação agora é praticada, não em uma assembleia do clã, mas em uma assembleia da tribo. Em certos pontos onde há divergências significativas entre as crenças ou práticas, a fusão completa se torna impossível, e uma espécie de concorrência se estabelece entre os diferentes cultos. Alguns cultos, por razões diversas, tornam-se preponderantes, relegando outros a um segundo plano. Não seria assim que o culto ao gato selvagem adquiriu a espécie de primazia que desfruta? As mesmas mudanças ocorrem na organização da sociedade religiosa. Cada grupo totêmico não celebra mais seus ritos apenas para seu próprio benefício, mas se assemelha mais a um colégio de sacerdotes que oficia para todo o povo; e é possível entrever como os grupos que adquirirem maior autoridade poderão se transformar em *corporações sacerdotais oficiais*, enquanto os outros, relegados à obscuridade, se tornarão *sociedades secretas*. Em suma, de todos os lados, esses diversos corpos de crenças e práticas, assim como seus órgãos, tendem a convergir e, pelas novas combinações que se estabelecem, preparam a matéria necessária para a elaboração de novos sistemas, mais gerais e unificados.

Os resultados do nosso estudo, portanto, não são *puramente negativos*.

Ao mesmo tempo em que nos permitiu descartar uma interpretação dos fatos que não poderia se estabelecer sem prejuízos, também nos mostrou a importante contribuição positiva que as observações de Spencer e Gillen trazem para a sociologia religiosa e jurídica em três pontos essenciais. Primeiramente, elas nos fizeram conhecer melhor a organização primitiva das sociedades que praticam o totemismo, ou seja, o *sistema das fratrias*; em segundo lugar, nos ensinaram no que consistia a parte positiva do culto totêmico; e, por fim, nos forneceram valiosas informações sobre a maneira como a religião de cada clã pôde sair de seu quadro inicial e se generalizar por toda a tribo. Encontra-se, assim, entre os Aruntas, tanto o passado mais remoto que se perpetua quanto o futuro que se prepara. É um erro vê-los como representantes tardios da humanidade em seus primórdios; assim como, também é um erro não reconhecer tudo o que neles ainda subsiste das formas sociais mais primitivas que conhecemos. É justamente a complexidade dessa organização que lhe confere importância científica, e por isso era fundamental analisar detalhadamente para determinar seu real significado. Ela constitui um caso raro, excepcionalmente rico em informações e sugestões. Os Aruntas devem essa situação particular à característica notável apresentada por sua história. Uma transformação que, geralmente, só ocorre em um período bastante tardio, atingiu suas instituições totêmicas em um momento em que ainda estavam bastante organizadas. Consolidada, em certa medida, por essa própria reforma, algumas dessas instituições conseguiram se manter mais facilmente e sobreviver até nossos dias. Contudo, só sobreviveram após terem passado por variações e alterações que nos indicam em que direção e de que maneira estavam destinadas a evoluir; e é por meio dessas mudanças que podemos vislumbrar como o totemismo se conecta aos sistemas religiosos que lhe sucederam.

Fim do artigo.

REFERÊNCIAS

SPENCER, Baldwin; GILLEN, F. J. **The Native Tribes of central Australia**. London: The Macmillan Company, 1899.